



**BOLETIM  
INFORMATIVO**  
**PROCURADORIA-GERAL DO  
ESTADO DO PARÁ**

**ESAP@PGE.PA.GOV.BR**

(91) 3344 - 2771

R. dos Tamoios, 1671 - Batista Campos,  
Belém/PA.

Nº 421 – ABRIL DE 2023, 25º ANO

## EDITORIAL

Durante o mês de Abril a Escola Superior de Advocacia Pública (ESAP) realizou importantes eventos.

No dia 17 foi realizado o “Processo Administrativo Aplicado ao Patrimônio Cultural no Estado do Pará”. O evento ocorreu no auditório sede da Procuradoria-Geral do Estado Pará, tendo sido ministrado pelo Dr. Ary Lima Cavalcanti e destinado aos servidores da SECULT.

Foram emitidos certificados de participação aos presentes.

**APLICAÇÃO DA  
LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS  
- N° 14.133/2021**

18 e 19 de abril de 2023

Das 9 às 12h e das 14 às 18h

Auditório da PGE

Público-alvo:  
Servidores da PGE, da SETRAN e da Polícia Científica.

PGE  
PROCURADORIA-GERAL  
DO ESTADO DO PARÁ

ESAP  
ESCOLA SUPERIOR DE  
ADVOCACIA PÚBLICA

GOVERNO DO  
PARÁ

Nos dias 18 e 19 aconteceu o curso “Aplicação da Lei de Licitações e Contratos - N° 14.133/2021”. Na ocasião, reuniram-se servidores desta PGE/PA, da SETRAN e Polícia Científica para qualificação.

O Curso foi marcado por palestras ministradas pelos Doutores Bruno Chagas, Gustavo Monteiro e Mônica Toscano, Procuradores desta instituição.

Ainda neste mês ocorreu a 4ª Edição do “Bate-papo Jurídico com os Estagiários”, com o tema “Noções Gerais sobre cobrança da Dívida Ativa”.

A palestra foi ministrada pela Dra. Lilian Haber, Procuradora do Estado, e reuniu estagiários desta Procuradoria que puderam aprender mais sobre as demandas de responsabilidade da Procuradoria da Dívida Ativa (PDA) e sobre todo o processo de cobrança da matéria abordada.

PGE  
PROCURADORIA-GERAL  
DO ESTADO DO PARÁ

ESAP  
ESCOLA SUPERIOR DE  
ADVOCACIA PÚBLICA

GOVERNO DO  
PARÁ

**BATE  
PAPO**

PGE

**Bate-papo jurídico  
com os estagiários**  
4ª edição.

Tema: Noções Gerais sobre  
cobrança da dívida ativa

Condutora: Lilian Haber

25/04 10h

Auditório da PGE  
(com transmissão on-line)

Em matéria de legislação interna, destacamos:



A Portaria nº 212/2023 que institui a Política de Governança e Gestão das Contratações Públicas no âmbito desta Procuradoria-Geral, publicada através do DOE nº 35.355, de 10 de Abril de 2023.

Em destaque, também, a Portaria nº 225/2023 que dispõe sobre os valores da bolsa-estágio e auxílio transporte para estagiários de pós-graduação nos termos do Decreto nº 1.652/2021. E, em sequência, a Portaria nº 226/2023, que regulamenta o Estágio de Pós-Graduação lato e stricto sensu no âmbito da Procuradoria-Geral do Estado do Pará.

Publicada também neste mês a Portaria nº 241/2023, que institui a Comissão e criação da Câmara de Conciliação em Saúde. Este projeto visa a melhora no fluxo das informações e serviços que são solicitados à PGE diretamente pelo cidadão e terá duração de 30 dias, podendo ser prorrogada.

E ainda na esfera desta Procuradoria, publicada a Portaria nº 247/2023 que institui a implementação e uso obrigatório do Manual de Identidade Visual do órgão, a fim de que estejam adequados todos os documentos produzidos na casa.

Entre os normativos estaduais, especial atenção à modificação introduzida na Constituição Estadual com o advento da Emenda Constitucional nº 87, de 25 de abril de 2023, alterando o caput e o § 2º do art. 132, para permitir que o Governador do Estado continue no exercício do cargo com auxílio de ferramentas de tecnologia da informação, quando em razão de viagem oficial com duração de até 15 (quinze) dias, dentro do território nacional ou para o exterior. Foram revogados o inciso XXIV do caput do art. 92 e o § 3º do art. 132.

A Lei Complementar nº 164, de 5 de abril de 2023, alterou a Lei Complementar nº 027, de 19 de outubro de 1995, para incluir o município de Barcarena na Região Metropolitana de Belém.

Em âmbito Federal, ressaltamos o Decreto nº 11.495, de 18 de Abril de 2023 que institui o Conselho da Federação no âmbito da Presidência da República. O Conselho tem finalidade de subsidiar e promover a negociação de interesse entre os órgãos em

## Legislação Federal

Destaque também para a Lei nº 14.540, de 3 de Abril de 2023, que institui o Programa de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Sexual e demais crimes contra a Dignidade Sexual e à Violência Sexual no âmbito da Administração Pública direta, indireta, federal, estadual, distrital e municipal. O Programa também aplica-se a todas as instituições privadas em que haja a prestação de serviços públicos por meio de concessão, permissão, autorização ou qualquer outra forma de delegação.

É importante destacar, ainda, a Lei nº 14.541, de 3 de Abril de 2023, que dispõe sobre o funcionamento ininterrupto de Delegacias Especializadas de atendimento à Mulher, objetivando o atendimento a todas as mulheres que tenham sido vítimas de violência doméstica e familiar e de crimes contra a dignidade sexual e feminicídios.

A Lei nº 14.553, de 20 de Abril de 2023, traz alterações nos artigos 39 e 49 da Lei nº 12.288 de 2010 (Estatuto da Igualdade Racial), acerca dos procedimentos e critérios da coleta de informações relativas à distribuição dos segmentos étnicos e raciais no mercado de trabalho.

## JURISPRUDÊNCIA



Entre as jurisprudências deste mês, especial atenção para a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 573/PI, de relatoria do Ministro Luís Roberto Barroso.

Na decisão, o Supremo Tribunal Federal decidiu que é inconstitucional a conversão de servidores celetistas em estatutários, reconhecendo a exclusividade do regime Próprio de Previdência Social (RPPS) somente à servidores detentores de

cargos efetivos.

Outra decisão relevante foi proferida na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 7208/MT, tendo como relator o Ministro Luís Roberto Barroso, na qual foi declarada inconstitucional lei estadual que estabeleça obrigações contratuais às operadoras de plano de saúde, por se tratar de ato normativo que viola a competência da União para legislar sobre direito civil e seguros, como previsto na Constituição Federal.

Duas obras foram adicionadas ao acervo da ESAP este mês: “Responsabilidade Civil - Dever Jurídico Fundamental”, de Paula Frassinetti Mattos, doação do Procurador-Geral, Dr. Ricardo Sefer, e “Licitação Pública e Contrato Administrativo”, de Joel de Menezes Niebuhr, doação da Procuradora-Adjunta, Dra. Adriana Gouveia.

## SUMÁRIO

<b>1 EDITORIAL</b>	<b>1</b>
<b>2 TEMAS</b>	<b>5</b>
<b>2.1 CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO</b>	<b>5</b>
<b>2.2 FINANCEIRO, ECONÔMICO E TRIBUTÁRIO</b>	<b>5</b>
<b>2.3 DIREITO FUNDIÁRIO, AMBIENTAL E URBANÍSTICO</b>	<b>6</b>
<b>2.4 CIVIL E PROCESSUAL CIVIL</b>	<b>6</b>
<b>2.5 TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIO</b>	<b>7</b>
<b>3 JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA</b>	<b>8</b>
<b>4 EMENTÁRIOS DE LEGISLAÇÃO</b>	<b>12</b>
<b>5 DOAÇÕES ESAP 2023</b>	<b>12</b>
<b>6 BIBLIOTECA DIGITAL</b>	<b>13</b>
<b>7 EVENTOS E CURSOS INTERNOS</b>	<b>13</b>
<b>8 EVENTOS E CURSOS EXTERNOS</b>	<b>14</b>

## TEMAS

### CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO

#### [A NOVA LEI GERAL DE LICITAÇÕES E OS TRIBUNAIS DE CONTAS BRASILEIROS: NOTAS SOBRE AS INOVAÇÕES E OS APERFEIÇOAMENTOS NO CONTROLE DAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS](#)

*Leandro Maciel Nascimento*

#### [RESPONSABILIDADE EXTRA CONTRATUAL DO ESTADO POR ATOS JURISDICIONAIS: UMA ANÁLISE DOS JULGADOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS](#)

*Carolainy Aparecida Souza Castro*

*Davi Augusto Santana de Lelis*

#### [MARGENS DE PREFERÊNCIA NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS E PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO](#)

*Danilo Miranda Vieira*

#### [MODALIDADE DE LICITAÇÃO CONVITE: DO DESUSO À EXTINÇÃO PELA LEI NO 14.133/2021](#)

*Renato Humberto Marcelino Nascimento*

*Patrícia Kristiana Blagitz Cichovski*

### FINANCEIRO, ECONÔMICO E TRIBUTÁRIO

#### [A TRIBUTAÇÃO COMO FENÔMENO DO JUSTO: ENSAIO DE UMA FILOSOFIA DO DIREITO TRIBUTÁRIO](#)

*Raphael Silva Rodrigues*

*Rodrigo Almeida Magalhães*

*Thiago Penido Martins*

#### [EXPLORAÇÃO ECONÔMICA DE ESPAÇOS PÚBLICOS PARA USOS DE CURTA DURAÇÃO: UMA PROPOSTA DE POLÍTICA PÚBLICA](#)

*Denis Moreira Monassa Martins*

## GASTOS PÚBLICOS NA PROMOÇÃO DO DIREITO À SAÚDE PÚBLICA SOB O OLHAR MICRO E MACROJURÍDICO

*Reinaldo Belli*

## SMART CONTRACTS OU “CONTRATOS INTELIGENTES”: O DIREITO NA ERA DA BLOCKCHAIN

*Mariana Oliveira de Melo Cavalcanti*

*Marcos Nóbrega*

## DIREITO FUNDIÁRIO, AMBIENTAL E URBANÍSTICO

### ANÁLISE DA NOÇÃO DE FEDERALISMO COOPERATIVO AMBIENTAL NA JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL: AS ADIS 5.077, 3.406 E 3.470 E SEUS REFLEXOS NO DIREITO FINANCEIRO

*Mariana Seifert Bazzo*

*Diogo Luiz Cordeiro Rodrigues*

### COMMODITIES AMBIENTAIS: O PARADIGMA ORGANICISTA COMO CONTRAPONTO À PRIVATIZAÇÃO E FINANCEIRIZAÇÃO DA NATUREZA

*Amyra El Khalili*

### COMO AS CIDADES DEVERIAM SE EXPANDIR DE ACORDO COM A LEI: A COMPLEXIDADE E EXCESSO DE BUROCRACIA NA APROVAÇÃO E REGISTRO DO LOTEAMENTO COMO POSSÍVEL CAUSA DE ESTÍMULO À INFORMALIDADE

*Vinícius Loss*

### O PAPEL DO PODER JUDICIÁRIO COMO ATOR NA EFETIVAÇÃO DO DIREITO AO CLIMA ESTÁVEL

*André de Castro dos Santos*

*Martina Batista de Carvalho*

## CIVIL E PROCESSUAL CIVIL

### A VALORIZAÇÃO DOS MÉTODOS CONSENSUAIS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS E A APLICAÇÃO DO ARTIGO 90, § 30, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL EM PROCESSOS DE EXECUÇÃO

*William Soares Pugliese*

*Juliana Leticia Suttilli Carniel*

## O MERO ABORRECIMENTO E A JUSTIÇA DEFENSIVA: A TRAGÉDIA DO ILÍCITO LUCRATIVO EM FAVOR DO ALEGADO DESAFOGAMENTO DO JUDICIÁRIO

*Antônio Carlos Efig*

*Aline Maria Hagers Bozo*

## SOLUÇÕES ALTERNATIVAS DE CONTROVÉRSIAS E JURISDIÇÃO: A RESOLUÇÃO DE CONFLITOS LOCATÍCIOS IMOBILIÁRIOS PELA VIA ARBITRAL E JUDICIAL

*Camilo Onoda Caldas*

*Newton Pietraroia Neto*

*Taylisi de Souza Correa Leite*

## TAXATIVIDADE DOS DIREITOS REAIS E O DIREITO REAL DE DISPOSIÇÃO: UM DIREITO REAL OCULTO

*Alexandre Freitas Câmara*

### TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIO

## ANÁLISE PRÁTICA DA APLICAÇÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS NAS RELAÇÕES DE EMPREGO SOB UM PRISMA AXIOLÓGICO, DIALÉTICO E INTEGRATIVO DO ORDENAMENTO JURÍDICO: O TRABALHO COMO VALOR E UM DIREITO SOCIAL

*Simone Cruxên Gonçalves*

## APLICAÇÃO DE NORMAS SOBRE JORNADA NO TELETRABALHO: LEI Nº 14.442/2022

*Gustavo Filipe Barbosa Garcia*

## É POSSÍVEL ACUMULAR DUAS APOSENTADORIAS? UMA ANÁLISE DA POSSIBILIDADE DE ACUMULAÇÃO DE PROVENTOS DECORRENTES DE APOSENTADORIA EM CARGO PÚBLICO FEDERAL E INICIATIVA PRIVADA

*Cláudia Mara de Almeida Rabelo Viegas*

## A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD) NO ÂMBITO DAS RELAÇÕES TRABALHISTAS: CONCEITOS, IMPACTOS E SUAS IMPLICAÇÕES

*Luciana Costa Estêvão*

*Stephane Kelly da Silva Lima*

*Luanjir Luna da Silva*



## JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA

“

ADI 7.208/MT

**Órgão Julgador:** Supremo Tribunal Federal

**Relator:** Ministro Luís Roberto Barroso

**Tema:** Direito Constitucional

**STF**

É inconstitucional lei estadual que estabelece obrigações contratuais para operadoras de planos de saúde, em virtude de violar a competência da União para legislar sobre direito civil e seguros, conforme cita a Constituição Federal/1988, art. 22, I e VIII.

[FICHAMENTO NA ÍNTEGRA AQUI](#)



**ADPF 573/PI**

**Órgão Julgador:** Supremo Tribunal Federal

**Relator:** Ministro Roberto Barroso

**Tema:** Direito Constitucional

**STF**

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu ser inconstitucional a conversão de servidores celetistas não concursados em estatutários. Na decisão unânime, o Tribunal reconheceu a exclusividade do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) a servidores detentores de cargo efetivo, excluindo-se do regime os estáveis e os demais servidores admitidos sem concurso público. Para o relator a transposição para o regime estatutário deve ser restrita aos servidores celetistas ou com estabilidade excepcional devido ao exercício da função há pelo menos cinco anos antes da Constituição Federal.

**[FICHAMENTO NA ÍNTEGRA AQUI](#)**



**RE 835818**

**Órgão Julgador:** Supremo Tribunal Federal

**Relator:** Ministro André Mendonça

**Tema:** Direito Tributário

**STF**

O ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), atendeu a pedido da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG) nos autos do Recurso Extraordinário (RE) 835818 e determinou a suspensão do trâmite (sobrestamento) dos processos que discutem se é possível excluir os benefícios fiscais relacionados ao ICMS da base de cálculo do Imposto de Renda das empresas (IRPJ) e da CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido).

**[FICHAMENTO NA ÍNTEGRA AQUI](#)**

“

**ADI no 5.365/PB**

**Órgão Superior:** Supremo Tribunal Federal

**Relator:** Ministro Luís Roberto Barroso

**Tema:** Direito Constitucional

**STF**

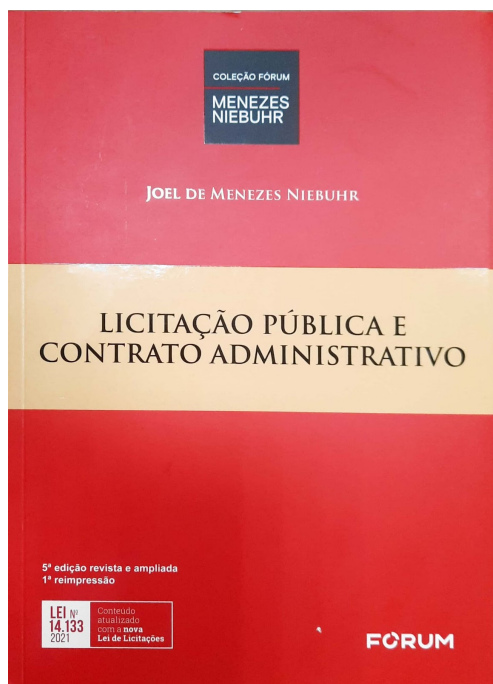
O Supremo Tribunal Federal (STF) fixou o entendimento da inconstitucionalidade de leis estaduais que disciplinem a transferência de depósitos judiciais e extrajudiciais para o Poder Executivo, por vício de competência privativa da União para legislar sobre direito processual, para disciplinar o Sistema Financeiro Nacional e para editar normas gerais de direito financeiro, de acordo com o esculpido no art. 22, incisos I e VII, art. 24, inciso I, e art. 192, todos da CF/88.

[FICHAMENTO NA ÍNTEGRA AQUI](#)

## EMENTÁRIOS DE LEGISLAÇÃO - MÊS DE ABRIL

LEGISLAÇÃO NACIONAL - ABRIL	<a href="#">CLIQUE AQUI PARA ACESSAR A LISTAGEM</a>
LEGISLAÇÃO ESTADUAL - ABRIL	<a href="#">CLIQUE AQUI PARA ACESSAR A LISTAGEM</a>
LEGISLAÇÃO PGE/PA - ABRIL	<a href="#">CLIQUE AQUI PARA ACESSAR A LISTAGEM</a>
EMENTÁRIO DE PARECERES E MANIFESTAÇÕES – ABRIL	<a href="#">CLIQUE AQUI PARA ACESSAR A LISTAGEM</a>

## DOAÇÕES ESAP - 2023



## BIBLIOTECA DIGITAL

► [LIVROS](#)

► [PERIÓDICOS](#)

## EVENTOS E CURSOS INTERNOS

EVENTO	MODALIDADE	DATA	ORGANIZADOR
<b>MEDITAÇÃO</b>	PRESENCIAL	4,11,18 e 25/05/2023	ESAP
<b><u>FERRAMENTAS DE PESQUISA JURÍDICA NA ÁREA CONSULTIVA</u></b>	HÍBRIDO	23/05/2023	ESAP
<b><u>SEMINÁRIO DE DIREITO AMBIENTAL - CONSTRUINDO CAMINHOS SUSTENTÁVEIS</u></b>	HÍBRIDO	05/06/2023	ESAP

## EVENTOS E CURSOS EXTERNOS

EVENTO	MODO	DATA	ORGANIZADOR	LINK
<b>XVIII FÓRUM BRASILEIRO DE CONTRATAÇÃO &amp; GESTÃO PÚBLICA</b>	ONLINE	11 E 12/05/2023	FÓRUM	<a href="#">CLIQUE AQUI</a>
<b>SEMINÁRIO NACIONAL: DESAFIOS PRÁTICOS PARA A APLICAÇÃO DA LEI Nº 14.133/2021</b>	PRESENCIAL	16 A 18/05/2023	ZÊNITE	<a href="#">CLIQUE AQUI</a>
<b>40 QUESTÕES PARA A APLICAÇÃO SEGURA DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES</b>	ONLINE	22 A 26/05/2023	ZÊNITE	<a href="#">CLIQUE AQUI</a>
<b>7º FÓRUM CONTENCIOSO DE MASSA - CASES E INOVAÇÕES PARA GESTÃO</b>	PRESENCIAL	25/05/2023	CONCEITO EVENTOS	<a href="#">CLIQUE AQUI</a>
<b>XIX CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITO CONSTITUCIONAL</b>	HÍBRIDO	25 E 27/05/2023	EBEC	<a href="#">CLIQUE AQUI</a>
<b>SEMINÁRIO NACIONAL: COMO ELABORAR O ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR E O TERMO DE REFERÊNCIA PARA COMPRAS E SERVIÇOS DE ACORDO COM A NOVA LEI DE LICITAÇÕES- LEI Nº 14.133/2021</b>	PRESENCIAL	29 A 31/05/2023	ZÊNITE	<a href="#">CLIQUE AQUI</a>
<b>ALTERAÇÕES E ADITIVOS AOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS - PARALELO DA LEI Nº 8.666/1993 E DA LEI Nº 14.133/2021</b>	ONLINE	12 A 16/06/2023	ZÊNITE	<a href="#">CLIQUE AQUI</a>
<b>SEMINÁRIO NACIONAL: ADVOGADOS PÚBLICOS E A NOVA LEI DE LICITAÇÕES</b>	PRESENCIAL	19 A 21/06/2023	ZÊNITE	<a href="#">CLIQUE AQUI</a>
<b>6º ENCONTRO NACIONAL DAS ESTATAIS</b>	PRESENCIAL	23 A 25/08/2023	ZÊNITE	<a href="#">CLIQUE AQUI</a>

<b>XI CONGRESSO INTERCONTINENTAL DE DERECHO CIVIL</b>	HÍBRIDO	16 E 17/11/2023	UNIVERSIDA DE DE SALAMANCA	<a href="#">CLIQUE AQUI</a>
---	---------	--------------------	----------------------------------	---------------------------------

*\*Para outros eventos e cursos acessar na rede a pasta virtual da ESAP\**



### **Expediente:**

Responsáveis pelo Boletim: Gabriella Dinelly Rabelo Mareco, Alessandra Maria Mendonça de Oliveira, Carla Blanco Rendeiro e Tássio Guimarães Senger.

### **Apoio:**

Ana Margarida Vianna, Ellen Cristina, Fernanda dos Santos, Camilly Ribeiro, Marcíria de Almeida, Paula Silveira e Matheus de Alcantara.

**Fechamento desta edição: 30/04/2023**